

IMAGEM, PALAVRA E RESPONSABILIDADE

*Cristiana Veiga Simão**

1. A importância da Experiencialidade

Lévi-Strauss, na sua obra *Pensamento Selvagem*, recorda-nos o investimento, a um tempo curioso e afectivo, que os chamados povos sem história dedicavam ao mundo que estava ao alcance da sua percepção. A curiosidade pela vida vegetal e animal, a vontade de acumular saberes precisos sobre o comportamento dos seres visíveis, a vontade de testemunhar pela *sensibilidade* os detalhes, variações e comportamentos dos habitantes do seu universo, faziam de cada membro duma comunidade um crente em algo simultaneamente muito simples e natural e lugar de uma das maiores estranhezas que o ser humano tem o privilégio e o embaraço de sentir: *a vida surgia como ilimitada experiência carregada de significações e sentido.*

Não é difícil reconhecer nos procedimentos e na atitude descritas pelo referido autor algumas das características mais evidentes da *experiência estética* que oferece, ao nosso comportamento individual, a capacidade e o dom poético de «falar» com o mundo e «falar» com o outro, libertos da sujeição e dos desígnios objectivadores da prática e da teoria, ao mesmo tempo que nos obriga livremente a *investir* o nosso ser nesse processo relacional.

* Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes.

Philosophica 6, Lisboa, 1995, pp. 119-124.

E talvez esta mesma ideia que leva George Steiner, em obra recente (*Presenças Reais*, 1989), a afirmar que não haveria história, religião, estética, *sem um acto inicial de confiança, de convicção* que estabelece uma relação indissolúvel (o que não significa representativa ou de semelhança) entre as nossas palavras e o mundo, entre as imagens e as coisas.

Sabemos hoje como esta «crença» que desde sempre encarnou poderes imensos (de encanto e de punição, de pertença e de exclusão), esta «confiança semântica» conheceu na tradição ocidental um questionamento e um entendimento bem diversos: da mítica correspondência adâmica entre a predicação e a essência à exaltação romântica da palavra poética como revelação dum real mais absoluto, passando pela descrença no poder da palavra face aos momentos fundamentais da vida humana e por isso ao elogio do silêncio, pela desconfiança face às falhas da linguagem, a denúncia do sentido redutor e ideológico das imagens eleitas como repertório fundante duma comunidade, ou ainda o elogio do relativismo que, a troco duma hipotética democracia, retira todo o fulgor à palavra dita ou à imagem mostrada.

A crítica e a análise modernas, do ponto de vista lógico, epistemológico, político, à relação referencial entre palavra e coisa teve, nos domínios da ciência, do conhecimento da linguagem e de certos aspectos da cultura um papel extremamente positivo que permitiu ao pensamento e acção humanos constituir um universo muito para além da experiência concreta que decorre da nossa relação *directa* com os seres e as coisas. O abandono da crença ingénuo num prévio acordo já consumado investiu assim o ser humano dum papel criador e autoconstrutor de si e da sua realidade de que a modernidade, nas figuras da Filosofia, da Ciência e da Técnica é símbolo esclarecedor. Por outro lado permitiu polarizar a atenção para as próprias forças estruturadoras do humano: da organização da sua consciência e da sua cidade, da sua linguagem, da sua apetência inventiva nos domínios da técnica e da arte.

A «liberdade, igualdade e fraternidade», como projecto utópico a realizar nos domínios da vida colectiva dos seres humanos e dos seus saberes, apesar dos irreparáveis fracassos que os últimos dois séculos conheceram, viram surgir uma nova e radical paisagem, urbana e imaginária, que vê nascer os caminhos de ferro, a arte moderna, os jornais, as telecomunicações, permitindo hoje produzir, difundir e comunicar a uma velocidade vertiginosa. Esta aceleração das condições de vida, da produção de imagens e palavras, se permite, pelo menos aparentemente, fazer a comunidade humana mais próxima de si mesma, não é passível de democratizar a experiência estética. Isto é, a temporalidade da sensibilidade e da afectividade é uma temporalidade lenta, selectiva, interior, mesmo que tenha como

fundo motivador os seres, objectos e saberes duma comunidade dada. Não é possível mediar a experiência directa, que requer a presença e a afecção individual daquele que nela está envolvido. Em suma, não é possível deslocar a dimensão do sentir para o domínio público, sem o perverter. *A universalidade do sentimento estético não é da ordem da democracia*, nem é compatível com uma socialização imposta pelo exterior ou pela simples vontade retórica de «comunicar».

2. Imagem, Palavra e Responsabilidade

É neste contexto que gostaria de explicitar o título da minha comunicação.

Parto de dois pressupostos: o primeiro diz-nos que a nossa capacidade de ter e partilhar experiências estéticas está ameaçada no mundo contemporâneo; o segundo afirma que essa ameaça tem consequências muito duras e negativas quer para a nossa ideia de pertença a uma tradição, quer na nossa capacidade individual e colectiva de renovar o modo como interpretamos o mundo, como organizamos os nossos juízos cognitivos e o modo como investimos as nossas intenções éticas e políticas e agimos no nosso quotidiano.

O primeiro aspecto – o enfraquecimento da nossa capacidade de ter experiências estéticas – advém de dois factores fundamentais.

Por um lado, pela suposição totalitária de que seria possível, no nosso tempo massmediático, trazer «a igualdade e fraternidade» ao domínio do sentir, confundindo-se desde logo o pôr à disposição do maior número de pessoas um mesmo património, artístico, natural – portanto o acesso à informação – com o *efectivá-lo*, isto é, com o direito individual gratuito a vivificá-lo numa experiência, actualizando assim genuinamente o seu sentido. A primeira pessoa do singular seria substituída pelo sujeito colectivo do gosto (sempre minoritário e necessariamente ideológico) e da moda, tendendo-se a confundir experiencialidade própria de um objecto, uma ideia, uma imagem, com a apresentação/comunicação da sua existência socialmente promovida. A experiência directa e intransmissível substitui-se à experiência mediatizada por órgãos comuns, como se se tratasse de novos órgãos do nosso corpo próprio: a televisão, as revistas de grande difusão, os grandes acontecimentos culturais que quase se esgotam na sua publicitação, etc. A escala discreta que permite a relação pessoal com o outro, quadro, ser humano ou objecto, é afastada em nome duma visibilidade noticiada, a referência a algo em comum que gera cumplicidades electivas, substitui-se por rituais banalizados cuja lógica radica não na eleição individual mas num reconhecimento mundano, ainda

que alheio a cada um de nós. O entusiasmo (*ménos*) que sinaliza afectivamente o risco do empenhamento estético, daria lugar à participação histórica num efémero momento presente, persuasivamente promovido a acontecimento de excepção. Daqui decorrem, creio, as recentes reflexões que tendem a inflacionar o domínio do estético, alargando-o a todos os objectos, acontecimentos, domínios que permitam criar a ilusão dum sentimento comum e dum sentir em comum face a um imaginário colectivo progressivamente mais vazio e menos consensual.

Em suma, o *homo aestheticus* encontraria na figura do «público» e do «espectáculo multimediático» a sua consumação e realização modernas, superando assim a contingência da sua singularidade.

A segunda razão que leva ao enfraquecimento da nossa capacidade de revolucionar sensível e sentimentalmente a banalização do real, prende-se com o alargamento perverso duma atitude da consciência vigilante, hiper-crítica e desconfiada ao próprio domínio do «estético», quer na intenção, quer no juízo acerca do seu objecto experiencial. Gaston Bachelard costumava distinguir o *animus* inquiridor da *anima* acolhedora, sendo esta última capaz de se confundir num *acontecer* que ultrapassa os códigos perceptivos, tal como as racionalizações distanciadoras, intensificando pelo *acto poético* aquele que diz e aquele que é dito. Isto é, a actividade imaginante que requer a consciência estética, traz(-se), a si e ao mundo, num acontecimento que *produz sentido*. É este «acontecimento» que, embora passível de ser comentado e referido, resiste a toda e qualquer tradução.

Não é aqui a ocasião de reflectir sobre o estatuto ontológico e epistemológico da experiência estética. Apenas pretendo sugerir que a desconfiança que a imagem e a palavra conhecem nos domínios intelectuais, práticos e mediáticos, contaminou um domínio que, ao renunciar à plena identificação com o que sente, inviabiliza e anula a própria experiencialidade estética. É exemplo sintomático disso a pobre alternância maniqueísta no valorizar ou a herança tradicional (neste exemplo, do património artístico), procurando no critério da autoridade histórica um «guia» do «a sentir», ou a imersão aleatória na actualidade fazendo desta a pedra de toque do que vale a pena experienciar.

Uma outra estratégia que tende a alienar a experiencialidade estética consiste em, obsessivamente, procurar desconstruir e desfazer o sentido do seu carácter originário, reconduzindo sistematicamente a ordem do acontecimento à sua análise, buscando nesta o seu fundamento, como é, por exemplo, o caso da psicanálise, que reduz o estético ao biográfico ou a uma simbólica estrutural, assim como a redução do estético à expressão da sua comunicabilidade, contexto linguístico, social, político no qual ocorreu, etc.

Se afirmei anteriormente que a experiência estética não é democratizável e não se reconhece na figura da igualdade e da fraternidade, gostaria ainda de comentar o modo como me parece que se deva entender a liberdade no domínio do estético. A liberdade – por exemplo, do acto criador que conhece na arte a sua expressão maior – não é equivalente ao alheamento do mundo existencial, como o legítimo grito de Théophile Gautier da «arte pela arte», quando mal interpretado, pretende fazer crer. A autonomia do estético – e, no caso, do artístico – é autonomia face à sujeição a regras, procedimentos, finalidades, valores ou ideologias impostas, o que está longe de ser equiparável a um desfrutar de jogos formalistas e autoreferenciais. Quando a nossa vivência estética ou uma proposta artística violenta a banal «nomeação da vida» e instala um «enigma» no real é simultaneamente *responsável* por um *acréscimo de ser*, seja ele vertiginoso ou apaziguante. Neste sentido, o «trazer» à realidade uma palavra, uma imagem é, na experiência estética, um acontecimento indissociável da dimensão ética do ser-se humano: criar, exprimir, sentir, experienciar é sempre, pelo menos, e em menor ou maior grau, uma potencial subversão da consciência. Por isso, a leviandade com que o mundo contemporâneo tende a difundir imagens e palavras é não só um convite pobre ao esquecimento da «obrigação humana» de ser sensivelmente permeável à densidade real dos seres e do mundo, como um convite à descrença na comunicação e na criação.

As consequências – ainda que indirectas – psicológicas, sociais, políticas do enfraquecimento da experiência estética e, por isso, da qualidade do nosso imaginário individual e colectivo têm, sugeri-o como pressuposto inicial, ressonâncias preocupantes. No contexto desta intervenção limitar-me-ei a subscrever o que Marcuse, no último texto que publicou, *A Dimensão Estética*, não se cansou de pôr em evidência:

«a interioridade e a subjectividade talvez venham a tornar-se o espaço interior e exterior da subversão da experiência, da emergência de outro universo. Hoje, a rejeição do indivíduo como conceito «burguês», lembra e pressagia actuações fascistas. A solidariedade e a comunidade não significam a absorção do indivíduo. Originam-se antes na decisão individual autónoma; unem indivíduos livremente associados, e não massas» (Trad. port., Lisboa, Ed. 70, 1981, p. 48).

A frequência humana da experiencialidade estética é, quer o subscrevam ou não os mais cépticos, uma reserva e simultaneamente uma *afirmação* de humanidade, essa estranha condição que nos retira simultaneamente o dom de pertencermos ao universo dos deuses – que nunca fomos e dos quais não somos originários – e que nos impede de, como supomos que aconteça aos outros entes, não interrogar a nossa própria condição e o sentido da existência.

Gostaria de terminar com uma pequena ficção. Jorge Luís Borges, na *História Universal da Infância*, conta-nos as dificuldades do teólogo Melanchthon após chegado à eternidade. Melanchthon escrevia páginas e páginas que apareciam apagadas na manhã seguinte, o que o deixava sistematicamente numa situação deficitária. A razão deste estranho acontecimento tinha um motivo muito preciso: as palavras eram escritas sem *convicção*.

Seria patético e ingénuo supor que basta a *convicção* para *dotar de sentido* um mundo que seja nosso, mas acredito que se todos nós sofrêssemos desta justa «usura ética» do teólogo Melanchthon, pelo menos reduziríamos os nossos enigmas e problemas comunicacionais a uma dimensão mais suportável e muito menos intolerante.

RÉSUMÉ

IMAGE, LANGAGE, RESPONSABILITÉ

On part d'une réflexion sur l'affaiblissement de l'expérience esthétique dans le monde contemporain, pour montrer en quelle mesure notre capacité de sentir et de partager des expériences esthétiques se trouve en danger. Les influences de cette perte s'étendent, d'une part, sur la conscience d'appartenir à une tradition culturelle; d'autre part, sur le pouvoir individuel et collectif de renouveler l'interprétation du monde. C'est tout l'investissement de nos intentions éthiques et politiques dans le domaine de l'action quotidienne qui se trouve ainsi menacé.